



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.028, DE 2011

Altera a redação dos artigos 60, 69, 73 e 74, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, possibilitando a composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo pelos delegados de polícia.

Autor: Deputado JOÃO CAMPOS

Relator: Deputado DELEGADO
MARCELO FREITAS

I - RELATÓRIO

Busca o presente Projeto alterar a redação dos artigos 60, 69, 73 e 74, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, possibilitando a composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo pelos delegados de polícia.

A proposição em tela foi distribuída para análise e parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do que dispõem o artigo 24, II e o artigo 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sob regime de tramitação ordinária, sujeita à apreciação conclusiva pelas referidas Comissões.





A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado votou pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.028, de 2011, na forma do Substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Fernando Francischini.

Na sequência, o aludido Projeto fora encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde foram apresentadas quatro emendas. A fim de proporcionar um amplo debate com todas as partes envolvidas, visando aperfeiçoar o texto do referido Projeto, houve requerimento para a realização de Audiência Pública, que ocorreu no dia 15/7/2014.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados se manifestar sobre a proposição referida quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

Sob o prisma da constitucionalidade formal, o Projeto e o Substitutivo apresentado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado não contêm vícios, tendo sido observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência privativa da União para legislar sobre direito penal e processual penal, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria neles versada (CF, art. 22, *caput* e inciso I; e art. 61, *caput*).

No tocante à constitucionalidade material, não se vislumbram também quaisquer discrepâncias entre eles e a Constituição Federal.





Em relação à juridicidade, as proposições estão em conformação ao direito, porquanto não violam normas e princípios do ordenamento jurídico vigente, não apresentando vícios sob os prismas da inovação, efetividade, coercitividade e generalidade.

A técnica legislativa empregada encontra-se em consonância com as regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 95/98.

No que diz respeito ao mérito da iniciativa legislativa em análise, cabe assinalar que a proposição é oportuna e conveniente, tendo em vista sua relevância social.

A atividade de Polícia Judiciária Comunitária, a ser exercida mediante conciliações preliminares realizadas pelo delegado de polícia entre as partes envolvidas na ocorrência de delitos de menor potencial ofensivo, representa uma importante contribuição jurídico-social, tendo em vista que pretende dar concretude aos Princípios da Celeridade e Economia Processual que nortearam a elaboração da Lei 9.099/95.

Segundo o autor, em suas justificações, essa atuação comunitária certamente possibilitará a redução do crescente volume de processos nos Juizados Especiais Criminais (JECRIM), causando reflexos diretamente sobre a tempestividade da prestação jurisdicional.

Cabe consignar que os processos perante os Juizados Especiais deverão observar os critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade (art. 62 da Lei 9.099/95).

Nesse sentido, ressalte-se que a conciliação envolve acordo entre agressor e ofendido, evitando-se, por meio da reparação do dano, a aplicação de sanção penal.





A maioria da doutrina sempre enalteceu os méritos da Lei 9.099/95, no tocante ao novo tratamento das infrações penais, elencando, dentre outros, os seguintes pontos: a) desformalização do processo, tornando mais rápido e eficiente; b) desformalização das controvérsias, tratando-as por meios alternativos, como a conciliação; c) diminuição do movimento forense criminal, com pronta resposta do Estado; d) fim das prescrições; e) ressocialização do autor dos fatos, associada à sua não reincidência¹.

Nessa perspectiva, constata-se que o Projeto em debate vem ao encontro do ideal almejado pela Lei em questão.

E não há que se falar em violação ao Princípio da Separação de Poderes, tendo em vista que o Projeto prevê que o acordo celebrado mediante a autoridade policial deverá ser homologado pelo juiz competente, sempre ouvido o Ministério Público.

Outrossim, quanto às supostas inconstitucionalidades aventadas em relação à impossibilidade da autoridade policial atuar como conciliador, cabe esclarecer que o parágrafo único do art. 73 da aludida Lei dispõe que os conciliadores serão recrutados preferentemente entre bacharéis em Direito. Assim percebe-se que os delegados de polícia estariam até mais aptos a exercer esse mister, tendo em vista que possuem necessariamente formação jurídica e já exercem ordinariamente a função de mediador de conflitos, pela sua própria atuação diária junto à comunidade, ao atender as partes envolvidas em pequenas contendas que, se não solucionadas prontamente, tendem a evoluir para graves conflitos.

Analisando o Parecer aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO),

¹ NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis Penais e Processuais Penais Comentadas vol. 2*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 450.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

5

constata-se que o Substitutivo então apresentado aprimora o presente Projeto de Lei.

Conforme explicitado nesse Parecer, a proposição, na forma do mencionado Substitutivo, melhora o sistema jurídico existente, dando maior segurança jurídica, integrando as polícias e resolvendo os conflitos sociais em seu nascedouro, e acrescenta uma etapa à atuação da polícia judiciária no trato de infrações de menor potencial ofensivo, que seria a tentativa de conciliação antes de encaminhar o Termo Circunstanciado aos Juizados Especiais e requisitar os exames periciais necessários. Essa providência não altera nem restringe, em nada, a atual composição dos danos realizada nos Juizados Especiais. Ela apenas amplia as possibilidades de acordo ao instituir mais uma tentativa de conciliação, prévia àquela realizada em juízo.

Frise-se que uma importante inovação é o registro do fato pelo policial que dele primeiro tomar conhecimento, o que se revela de grande valia, já que permite, nos delitos de menor potencial ofensivo, o pronto atendimento da vítima, *in loco*.

Mostra-se salutar que este policial que presenciou o fato ou que foi o primeiro agente do Estado a chegar ao local dos acontecimentos realize um “registro preliminar”, documentando em peça própria as circunstâncias fáticas, as impressões presenciais do policial, arrecadando os objetos relacionados ao delito de menor potencial ofensivo, e reproduzindo ainda um possível croqui da cena do crime.

Após esta etapa, o Substitutivo mencionado prevê o encaminhamento à delegacia de polícia para lavratura da figura do “termo circunstanciado”, o qual terá por incumbência a colheita das demais circunstâncias fáticas pelas partes envolvidas, testemunhas presenciais e referidas e, por fim, a capitulação legal com seus desdobramentos jurídicos.





É oportuno mencionar que, conforme alegado pelo autor da proposição em suas justificações, a composição preliminar de conflitos decorrentes de crimes de menor potencial ofensivo vem sendo realizada por delegados de polícia em alguns municípios do Estado de São Paulo, com total sucesso e aprovação do Poder Judiciário e Ministério Público.

No que tange às emendas apresentadas nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, por todos os motivos já expostos, elas não melhoram nem fornecem qualquer benefício que justifique a alteração da proposição.

Muito pelo contrário, elas desnaturam todo o objetivo cuidadosamente pensado e elaborado pelo Projeto e aperfeiçoado pelo Substitutivo da CSPCCO.

O delegado de polícia terá a sua atuação de conciliador submetida ao crivo do Poder Judiciário, garantida a oitiva do Ministério Público. Além disso, a previsão do registro preliminar permite que qualquer policial que tenha ciência da existência de crime de menor potencial ofensivo registre a ocorrência com o relato de todas as circunstâncias fáticas possíveis e encaminhe-o à autoridade policial.

A preocupação das emendas, em especial com o relevante papel desempenhado pelas polícias militares, está resguardada no Projeto e seu Substitutivo. É a polícia militar, por ser polícia ostensiva, que no mais das vezes está presente quando do cometimento de uma infração de menor potencial ofensivo.

E é por esse fato que a ela será atribuída – assim como a todo e qualquer policial – a confecção do relatório preliminar (que será componente importantíssimo e indispensável à elaboração posterior, pela polícia civil, do termo circunstanciado).

Diante do exposto, vota-se:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

7

- a) pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.028, de 2011, nos termos do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado;
- b) pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado;
- c) pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da Emenda nº 1/2012, da Emenda nº 2/2012, da Emenda nº 1/2018 e da Emenda nº 1/2019 apresentadas ao PL 1.028/2011, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Sala da Comissão, em 01 de abril de 2024.

Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS
Relator

